

A busca da terra na selva de pedra, um drama contado em guarani



APÓS TER RELATÓRIO APROVADO PELA FUNAI, INDÍGENAS REIVINDICAM DEMARCAÇÃO DE 532 HECTARES NO JARAGUÁ

NAYÁ FERNANDES
nayafernandes@gmail.com

Quem chega à Terra Indígena do Jaraguá (TI Jaraguá), a 16 km da praça da Sé, pode se surpreender por não encontrar um lugar tradicional, conforme imaginam os moradores de grandes centros urbanos. As casas são de madeira, há muito lixo espalhado e, além disso, um grande número de cães, pois as

peças abandonam ali os seus animais. Mas, sem dúvida, impressiona ver todas as crianças falando guarani em plena cidade de São Paulo, e a produção abundante de diferentes tipos de artesanato.

Os serviços na aldeia são precários. Para ter acesso à saúde, mesmo com uma Unidade Básica de Saúde, os indígenas precisam sair e utilizar os hospitais públicos municipais. “Há falta de recurso, de equipe, de profissionais que queiram trabalhar aqui. Quando um sai, demora cerca de 3 a 4 meses para vir outro. Além disso, faltam os remédios naturais, porque não temos aqui plantas suficientes para fazê-los”, contou Pedro Luiz Macena, 50, uma das lideranças comunitárias.

David Martim, que acompanhou a re-

portagem do **O SÃO PAULO**, é um jovem da família de dona Jandira Martim, uma das primeiras a habitar o Jaraguá. Ele enfatizou que algumas coisas são essenciais. “A Casa de Reza é a mais importante da aldeia. Este mês começamos os rituais que fazemos todas as noites. Assim, ainda conseguimos preservar a nossa cultura”. David explicou que, antes da construção do Parque Estadual do Jaraguá, em 1961, os indígenas já habitavam a região.

“Após chegar a expedição de Afonso Sardinha para extração de ouro, houve massacre e exploração dos indígenas e, só depois disso, a área foi considerada reserva ambiental. Quando meus avós vieram para São Paulo, foram humilhados e escravizados, até con-

seguirem chegar ao Jaraguá. Aqui, meu avô caçava, pescava, vivia em paz. Porém, com o crescimento da cidade, começou também a contaminação do lago, que piorou com a construção da rodovia”, contou David.

Nascido em Santos (SP), o Cacique Ary Martim, 72, está morando num barraco de lona, enquanto não consegue construir as casas conforme a tradição indígena. “As pessoas nem imaginam que existem aldeias em São Paulo e, temos muitos problemas por estarmos infiltrados dentro da cidade. O índio precisa viver em contato direto com a natureza, conhecer as plantas, os nomes e os cantos dos passarinhos. O índio que tem sua verdadeira cultura é aquele que nasceu e cresceu com a natureza”, enfatizou.



A faixa no gramado

Wera Jeguaka Mirim, 13, estendeu, na abertura da Copa do Mundo da Fifa, dia 12 de junho, no Itaquerão, uma faixa em que se lia “Demarcação já!”. O jovem indígena mora em uma das aldeias dos guarani na grande São Paulo. Sua mensagem não foi transmitida pela tv oficial, mas ganhou as redes sociais nos dias que se seguiram.

O jovem não está sozinho. O que muitos moradores de São Paulo não sabem é da grande quantidade de indígenas na capital. Só nas duas aldeias que ficam em frente ao Parque Estadual do Jaraguá, num espaço pequeno e muito próximo ao centro urbano, vivem 700. A metade, cerca de 350, são crianças, explicou Pedro Macena. Eles estão divididos nas aldeias Ytu e Pyau, conhecidas como TI Jaraguá. Em 1987, houve a demarcação de apenas 1,7 hectare, sendo hoje a menor terra indígena do País.

Além das aldeias no Jaraguá, os guarani vivem no bairro de Parelheiros, extremo sul da capital. Distribuídos em sete aldeias, a população total é de aproximadamente 2 mil pessoas. Eles lutam pela demarcação de seus territórios, que estão em processo de regularização fundiária. Recentemente, os indígenas recuperaram também uma área um pouco mais afastada, que faz limite com o Parque do Jaraguá, o tekoa Itakupe, ou Sol Nascente. Somando-se às duas aldeias de baixo, a área total será de 532 hectares.

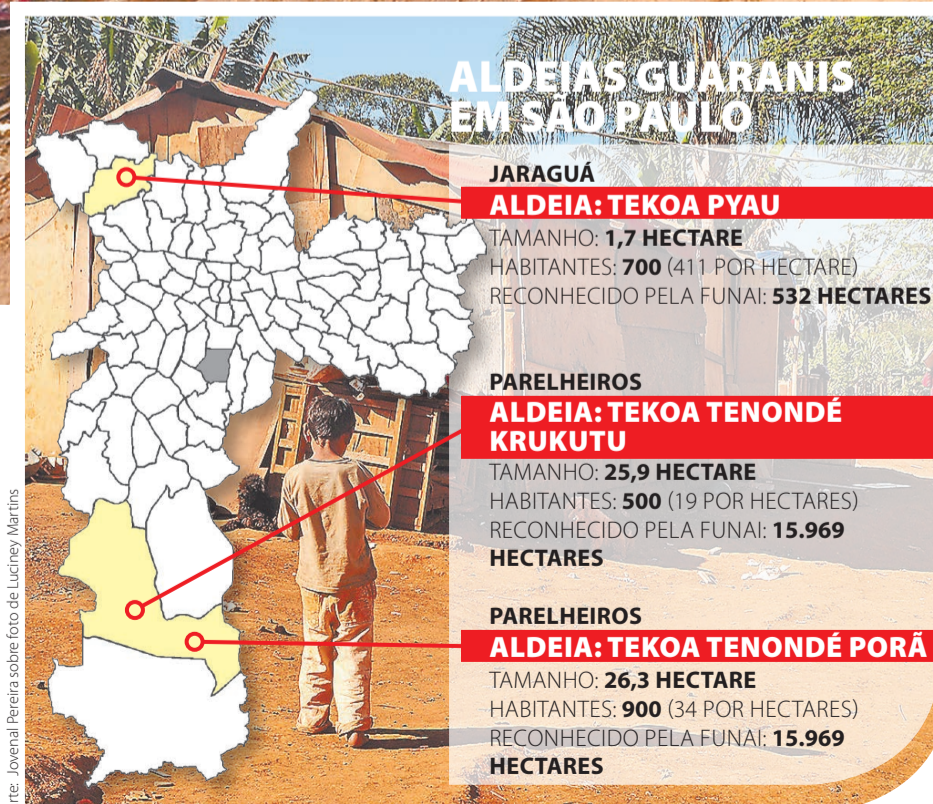
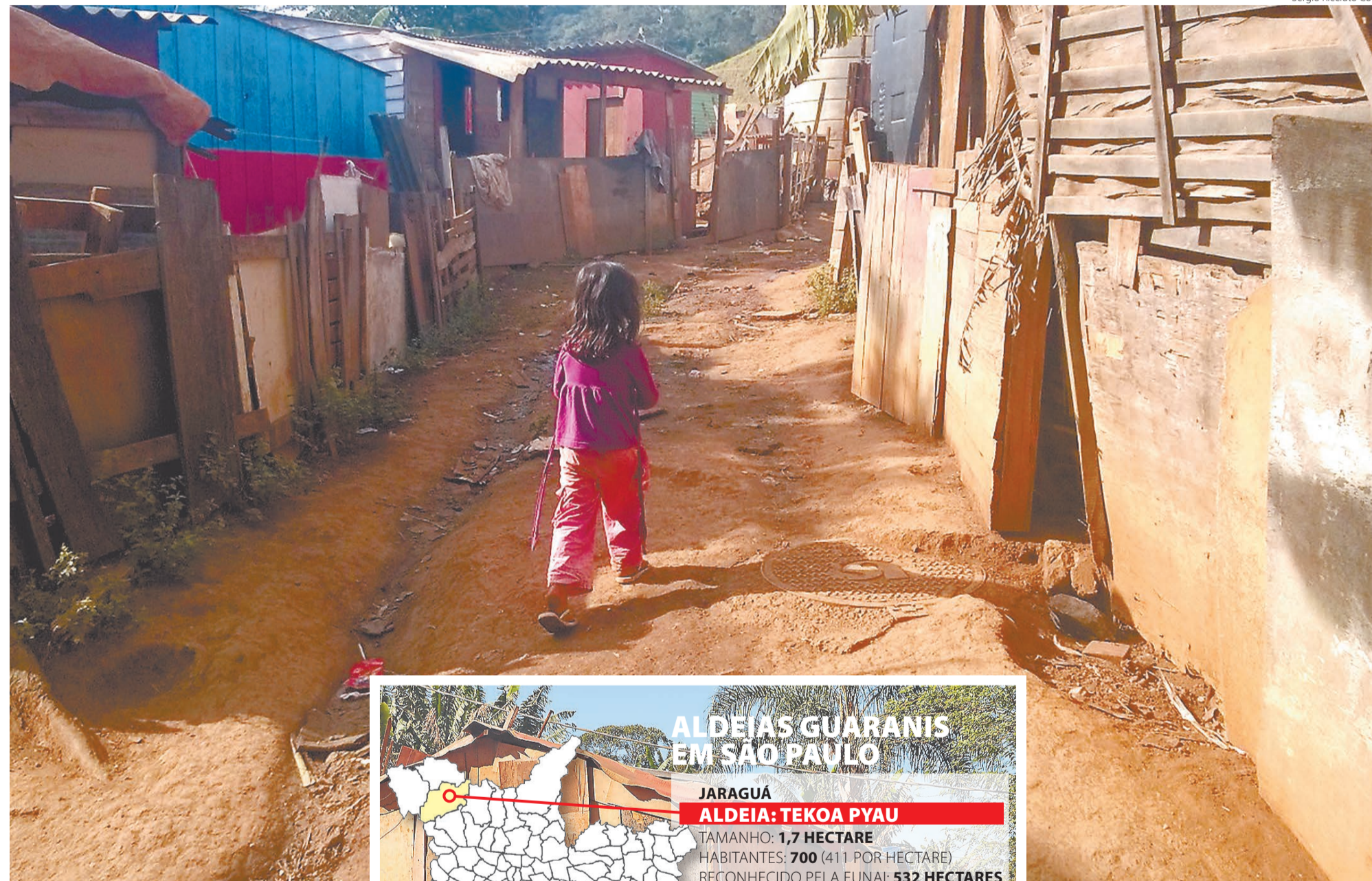
Um laudo da Fundação Nacional do Índio (Funai) aprovou e publicou no Diário Oficial da União (Portaria FUNAI/PRES nº 544) os resultados dos estudos técnicos que reconheceram a área indígena, e emitiram um laudo antropológico. Porém, ainda falta o Decreto Presidencial

nº 1775, para que aconteça o processo de demarcação. Conforme prevê a lei, as contestações poderiam ser apresentadas no período de 90 dias após a publicação, que aconteceu no dia 30 de abril de 2013. Três contestações foram arroladas ao processo e segundo informações dos indígenas, os supostos donos já foram até as aldeias ameaça-los de despejo.

A reportagem procurou os particulares que reivindicam a reintegração de posse e conseguiu contato com a defesa de Antonio Tito Costa, mas ele não quis dar entrevista. Os indígenas realizaram várias manifestações pedindo a demarcação da terra e esperam uma resolução do Ministro da Justiça. No dia 25 de julho, cerca de 200 membros realizaram um ato na avenida Paulista, em protesto contra a reintegração de posse. “O Jaraguá é Guarani: demarcação contra a reintegração de posse” foi a chamada da manifestação, na qual os indígenas fizeram suas danças, cantos e rezas tradicionais e levaram desenhos feitos pelas crianças para protocolar no Tribunal Regional Federal.

“Nossos parentes já haviam reocupado o Sol Nascente em 2005, quando um não indígena entrou com mais um processo de reintegração contra nós e conseguimos naquela época nos retirar dali. Porém, resolvemos não mais esperar devido à decisão que deu o prazo de 27 de julho de 2014 para que todas as nossas crianças e adultos fossem expulsos do Tekoa Pyau, única área que nos restava e onde nos espremiávamos até hoje esperando a Justiça dos brancos”, afirmaram em uma carta protesto distribuída na manifestação do dia 25 de julho.

As reivindicações centrais apresentadas neste dia foram: a garantia pelo De-



sempargador André Neketschlow da manutenção da posse dos mais de 500 parentes que habitam a aldeia Tekoa Pyau, na Terra Indígena Jaraguá; a garantia pela Justiça Federal da manutenção da posse dos que habitam a aldeia Tekoa Itakupe, Sol Nascente; a imediata assinatura das Portarias Declaratórias das Terras Indígenas Jaraguá e Tenondé Porã, pelo Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; o fim da paralisação das demarcações de terras indígenas em todo o País. (NF)

Site da Campanha Resistência Guarani SP:
<http://campanhagaruanispyyru.org.br>

E quando a cidade invade?

Pedro Luiz Macena veio do Paraná para São Paulo com os pais e os nove irmãos. O casal vivia entre a Argentina e o Paraguai, mas em 1966, chegou ao Brasil. “Era complicado, pois os guarani eram sempre muito perseguidos. Havia muita morte e escravidão. O próprio serviço de Proteção ao Índio favorecia tais fatos. Então, em 1989, eu vim pra cá, mas a aldeia já existia há muitos anos”, explicou.

Segundo o líder, a comunidade cresceu após 1999, com a chegada do Cacique José Fernandes. Na quinta-feira, 14, José Fernandes transferiu-se para Sorocaba (SP) numa terra recém-demarcada. Para sobreviver, os membros da TI Jaraguá recebem a bolsa-família do Governo Federal, mas cada família se mantém trabalhando fora no comércio ou em empresas de logística e construção civil. Assim, a cidade força as fronteiras geográficas e sociais da aldeia, também em relação ao modo de vida dos indígenas.

“Hoje, falta água, peixe, plantação. Então, temos dificuldade de manter nossos rituais, mas a gente continua lutando”, disse Pedro. Na aldeia, há o Centro de Educação e Cultura Indígena (Ceci), onde as crianças têm atividades próprias da cultura. Além disso, há um galpão para eventos e uma cozinha comunitária. “Eu acredito muito em Nhanduru, que é Deus. Ele cuida de nós. Faz nascer e crescer nossos filhos. Não sairemos daqui. Sentimos que o Jaraguá é guarani”, expressou Pedro. (NF)

Casinhas de sapé

“Como guarani, nossa luta não é física, é espiritual. Ao tomar posse de uma região indígena, a primeira ação é construir uma Casa de Reza”, disse o Cacique Ary Martim, que foi encontrado pela reportagem retirando os entulhos deixados na área em que ele sonha construir uma aldeia tradicional. “Temos alguma madeira e barro também, mas falta sapé e, sem ele, não podemos fazer o telhado”, contou o Cacique. Ele e mais alguns indígenas iniciaram o processo de autodemarcação da terra, retomando uma área que forma a aldeia Tekoa Itakupe, do outro lado do Pico do Jaraguá, onde também solicitam à Justiça a garantia de manutenção de posse.

O desejo do Cacique se intensifica diante dos problemas sociais e culturais das demais aldeias, que se agravam devido à proximidade do centro urbano e a total falta de espaço. Outro fator foi a construção da Rodovia dos Bandeirantes, em 1978, que dividiu as aldeias e suprimiu parte de suas áreas de ocupação.

Além de retirar as restos das casas construídas, Ary já começou uma pequena plantação de milho e pretende reforestar o que foi desmatado pelos moradores recentes. O próximo passo é a construção da Casa de Reza. “Eles cortaram uma árvore e foram multados pelo Ibama. Depois disso, houve uma divisão interna entre eles e o dono os mandou sair. Ai, nós entramos. A polícia até veio e quis nos retirar, mas mostramos o laudo antropológico”, contou. Os indígenas aguardam a decisão da Justiça Federal a respeito da manutenção nesta aldeia. (NF)

A missão do Conselho Indigenista em São Paulo

Benedito Antonio Prezia, membro do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) da Arquidiocese de São Paulo e coordenador do Projeto Pindorama da PUC-SP, em entrevista à reportagem, contou que, desde 2000 há um acompanhamento dos guarani na capital. Entre outras ações, eles viabilizam a venda de artesanato e chegaram a contratar agentes para colaborar com aulas na aldeia.

“Começamos há 14 anos, quando hou-

ve uma missa comemorativa dos 500 anos de Brasil no Campo de Marte e os indígenas reclamaram que as pessoas iam só em abril à aldeia e depois eles se sentiam esquecidos”. Benedito enfatizou que era um grupo muito pequeno que, desde 2003, após a Campanha da Fraternidade sobre a questão indígena, começou a atuar diretamente nas aldeias.

“Ajudamos na reforma da Casa de Reza, depois conseguimos construir uma cozinha

comunitária. Mas, como éramos apenas duas pessoas e a Pastoral não recebe apoio financeiro, pois todo o trabalho é voluntário, sempre tivemos dificuldade em desenvolvê-lo de forma mais intensa.” Outra questão citada por Benedito foi a não compreensão dos ambientalistas que dificultam a permanência dos indígenas no Parque Estadual do Jaraguá e, por isso, eles não tem acesso nem mesmo às plantas medicinais que utilizam diariamente, por exemplo. (NF)